



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS



Escola de Administração
de Empresas de São Paulo

Escola de Administração de Empresas de São Paulo
Fundação Getúlio Vargas
NPP - Núcleo de Pesquisas e Publicações
Série Relatórios de Pesquisa

OS IMPACTOS PROFISSIONAIS E POLÍTICOS NA INTERNACIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA ECONÔMICA NO BRASIL

Maria Rita Garcia Loureiro Durand

Relatório N° 9/1996



**ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO da
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS**

Diretor:	Alain Florent Stempffer
Vice-Diretor Acadêmico:	Wilton de Oliveira Bussab
Vice-Diretor Administrativo:	Domingo Zurrón Ocio
Chefia do NPP:	Gisela Black Taschner
Comissão de Pesquisas e Publicações:	Antonio Carlos da Cunha Manfredini de Oliveira Carlos Osmar Bertero Claude Machline Fernando Cláudio Prestes Motta Gisela Black Taschner (Presidente) Marcos Henrique Nogueira Cobra William Eid Júnior

Impresso na Xerox Document Center da EAESP/FGV
Coordenação: Seiji Okuda
Editoração: Graciema Cavalcanti Bullara
Capa: Sônia da Silva Okuda

RESUMO

Este texto mostra que o processo de internacionalização da ciência econômica no Brasil reforçou a polarização já existente nos meios acadêmicos de Economia, gerando diferentes estratégias profissionais da parte de seus membros. Mostra ainda que este processo tem igualmente impactos políticos, fornecendo maior legitimidade para os economistas, enquanto elites dirigentes. Quanto mais integrado ao circuito científico internacional mais reconhecido é um economista e mais legítimas serão suas decisões nas agências governamentais.

PALAVRAS-CHAVES

Estratégias profissionais; Legitimação política; Campo científico.

ABSTRACT

This work analyses how the internationalization process reinforces the polarization existing in the scientific field of economics in Brazil and generates differentiation in terms of professional strategies on the part of the members of each pole. It also shows that some assets provided by participation in the international scientific network bring prestige to certain economists and give them legitimacy to hold high positions in the government.

KEY WORDS

Professional strategies; Political legitimation; Scientific field.

SUMÁRIO

Resumo	1
I. Transformações no sistema universitário e a consolidação da formação acadêmica: os cursos de pós-graduação.....	3
II. A internacionalização da Ciência Econômica: impactos profissionais e políticos.....	8
1. Impactos profissionais da internacionalização da Ciência Econômica ..	13
2. Impactos políticos da internacionalização da Ciência Econômica	24
III. Considerações finais	29
Bibliografia	30

OS IMPACTOS PROFISSIONAIS E POLÍTICOS NA INTERNACIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA ECÔNOMICA NO BRASIL

Maria Rita Garcia Loureiro Durand

Neste texto, serão analisadas as transformações que levaram à consolidação da posição dos economistas como segmento das elites dirigentes no Brasil, tomando-se como marco de referência as mudanças ocorridas no sistema de formação acadêmica deste grupo. Como se sabe, a partir de meados dos anos 60, juntamente com a reforma do ensino superior efetuada pelos governos militares, foram implantados no país os cursos de pós-graduação em Economia, estabelecendo-se, ao mesmo tempo, uma moderna e internacionalizada estrutura de formação universitária. Examinando-se os impactos profissionais e políticos do processo de internacionalização da ciência econômica, procura-se aqui estabelecer os vínculos entre os meios acadêmicos e governamentais e mostrar como opera na prática a legitimação técnico-científica desta específica elite política.

I. TRANSFORMAÇÕES NO SISTEMA UNIVERSITÁRIO E A CONSOLIDAÇÃO DA FORMAÇÃO ACADÊMICA: OS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO.

Como foi indicado em estudo anterior (Loureiro, 1992), durante aos anos 40 e 50, a formação de quadros de gestão econômica se fazia predominantemente em organismos do governo, “as chamadas escolas práticas de saber econômico”, tais como a SUMOC, o BNDE, o Conselho Federal de Comércio Exterior; em centros de pesquisas econômicas aplicadas como o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas; e ainda em agências internacionais como a CEPAL. Até essa época, as escolas de economia caracterizavam-se, em geral, por um ensino de má qualidade e pouco adequado às demandas do mercado de trabalho.

A partir de meados dos anos 60, a expansão de postos para os economistas nos três níveis de governo, especialmente nas agências de planejamento e desenvolvimento econômico, criadas na época, tornou mais clara situação de crise e de deficiência do sistema de ensino acadêmico e gerando várias propostas de reformulação dos cursos e dos currículos. A Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo (FEA/USP), por exemplo, passou por intenso processo de reforma curricular neste período. Atentos às novas demandas para atividades de planejamento econômico que assumiam importância crescente no governo de São Paulo, os professores desta faculdade, em particular Delfim Netto, um dos principais mentores da mudança, procuravam se insurgir “contra a hipertrofia das cadeiras subsidiárias à custa da atrofia das cadeiras fundamentais”. Assim, foi proposta na reforma, iniciada em 1960 e completada em 1964, nova orientação a ser dada ao curso, enfatizando a matemática e os estudos de teoria econômica. (Pinho, 1981:48).

Na verdade, a crise vivida pela FEA/USP que levou às propostas de reformulação curricular e à reorientação do curso para uma linha mais técnico-profissionalizante expressa na verdade uma crise mais geral que atinge o conjunto dos cursos de economia do país nos anos 60. Ao lado da expansão crescente do número de cursos e de formados em economia, verifica-se a má qualidade do ensino e sua pouca adequação ao mercado de trabalho. Como mostrou Castro, em estudo realizado no final dos anos 60, “o mercado para o economista é assaz restrito e está praticamente saturado já há algum tempo (...) e tem sido falsamente definido como incluindo atividades que a rigor seriam típicas do administrador de empresas” (Castro, 1970:176).

Também efetuou diagnóstico sombrio para a economia o seminário realizado em Itaipava, Rio de Janeiro, em dezembro de 1966, que reuniu um grupo de professores e responsáveis pelas instituições mais importantes de ensino de economia do país, tais como Delfim Netto, Mario Henrique Simonsen, João Paulo de Reis Velloso, Isaac Kerstenetzky, Julian Chacel, Maria da Conceição Tavares e outros.

“O ensino da economia nas universidades brasileiras é tão superabundante em quantidade quanto deficiente em qualidade(...) A proliferação de faculdades naturalmente provocou a deterioração

qualitativa do ensino. O número de professores de Economia que podem intitular-se como tal é incrivelmente menor, no Brasil, do que os necessários a todas essas faculdades. A consequência é um ensino extremamente heterogêneo numas poucas faculdades, mas péssimo na maioria delas. Algumas escolas desviam o centro de suas atenções para o ensino de Direito e Contabilidade, onde é mais fácil encontrar bons professores; isso constitui uma distorção, mas resta a vantagem de se dar ao estudante um instrumento útil à sua vida prática. A maioria porém, nem isso consegue, especializando-se na divulgação de idéias vagas".(Simonsen, 1966:19-20)

Frente a essa situação, os participantes do seminário de Itaipava sugerem para a melhoria da qualidade de ensino, o fechamento de algumas escolas, a transformação de outras em escolas de administração de empresas, já que a maioria dos economistas exerciam em suas atividades profissionais o trabalho de administradores e não de economistas propriamente dito. E, o que é mais importante, propõem a renovação dos quadros de professores, através da implantação de programas de pós-graduação no país e o envio de estudantes e docentes para doutorado no exterior.

Assim, a partir dos anos 70, os cursos universitários tornaram-se a via principal de formação de economistas e de quadros dirigentes na área econômica, concentrando-se sobretudo nas faculdades de economia e em particular, nos cursos de pós-graduação. Em outras palavras, os cursos de pós-graduação transformaram-se nas últimas décadas, no caminho privilegiado para o acesso aos postos de gestão econômica por parte de engenheiros, advogados e estudantes que fizeram a graduação em ciência econômica. É bom lembrar que, só a partir dos anos 70, os jovens de extração social mais elevada começaram a realizar cursos de graduação em economia. Isso ocorreu por efeito de transformações que permitiram a formação da identidade social do economista e conseqüentemente a elevação do prestígio atribuído à profissão. Como já se indicou no capítulo anterior, as primeiras gerações de economistas eram constituídas predominantemente de engenheiros ou advogados que, interessando-se por assuntos econômicos, a partir de suas práticas profissionais, estudaram a ciência econômica, seja de forma autodidata (como foi o caso de Eugênio Gudin e Roberto Simonsen), seja em cursos de especialização ou pós-graduação no exterior(como Bulhões, Roberto Campos e Celso Furtado). Os jovens de origem

social mais modesta que, no passado, faziam os cursos das escolas de economia e contabilidade, eram identificados como contadores e não gozavam do mesmo prestígio social atribuído aos “técnicos governamentais” de alto nível que posteriormente foram definidos como economistas.

Se, como é conhecido, as novas categorias profissionais de administradores, publicitários, arquitetos, psicólogos, etc. surgiram ou se desenvolveram no país, a partir dos anos 60, por efeito da expansão e diversificação do ensino superior e do processo mais amplo de modernização da sociedade brasileira no período, os economistas constituíram-se como um dos grupos que mais se beneficiaram das transformações ocorridas no sistema político e no aparato governamental com o golpe militar de 1964, tanto em termos de expansão do mercado de trabalho, quanto em termos de elevação do prestígio profissional. Em pesquisa amostral, realizada, em meados dos anos 80, pelo Conselho Federal de Economistas, identificou-se que, do total 4.059 economistas entrevistados em todo o país, 42% trabalhavam em agências governamentais. Em algumas regiões, como o Nordeste e o Norte, e ainda o Distrito Federal, os percentuais dos que estavam no governo atingiam respectivamente, 68.4%, 67.8% e 85.8%. Apenas em estados do Sul do país, com o maior desenvolvimento industrial e de serviços bancários e financeiros, em geral, a ocupação de diplomados em Economia era maior no setor privado. Em São Paulo, por exemplo, enquanto 21% trabalhavam no governo, 25.1% estavam exercendo atividades em serviços e 35.6 nas indústrias.

Com a reforma educacional realizada pelo governo militar em 1968, o sistema de ensino superior no Brasil sofreu modificações substanciais. Além da criação de novos cursos, os contingentes universitários cresceram enormemente, passando de menos de 100 mil em 1960 para mais de 1 milhão e meio nos anos 90. Mesmo sem dados mais atualizados, pode-se citar na área específica de ciências econômicas que, em 1968, havia 84 escolas e cerca de 17 mil alunos matriculados nos cursos de graduação em Ciências Econômicas no Brasil; em 1980, o número de escolas passa para 129 e as matrículas ultrapassam 62 mil (Cf. estatísticas do Ministério da Educação). A rede privada de escolas de nível superior expandiu-se e o sistema de cátedras vitalícias foi substituído pelo modelo americano de departamentos de ensino.

E ainda, foi implantado o sistema nacional de pós-graduação que, apesar das inúmeras limitações indicadas nos estudos e avaliações do MEC, conseguiram desenvolver a competência científica no país. Apoiado pelos organismos governamentais, tais como CAPES, CNPq, FAPESP, etc. os cursos de pós-graduação cresceram bastante, passando de 125 para 1.324 entre 1969 e 1989, conforme estatísticas oficiais do Ministério da Educação.

Na área de Economia, existem atualmente quinze centros de pós-graduação que recebem, em seu conjunto, a média de mais de 500 candidatos por ano para o concurso nacional de seleção para o curso de Mestrado, coordenado pela ANPEC (Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia). Dentre eles, os mais importantes são: No Rio, a Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (EPGE/FGV), o curso da Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio) e o da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em São Paulo, o curso da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo (FEA/USP) e o do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/UNICAMP). Com relação a expansão do mercado acadêmico, embora não se disponha de dados mais recentes, os estudos efetuados pela ANPEC para o período de 1967 a 1985, indicavam que 564 professores lecionaram nestes cursos e orientaram 688 teses de economia (sendo 92 em nível de doutoramento). Além disso, estimava-se, entre 1978 e 1987, a publicação de cerca de 906 artigos na área de economia nas quatro principais revistas do país (Agarez, 1986) (1).

Em resumo, a instalação dos programas de pós-graduação, juntamente com a expansão dos cursos de economia e do número de alunos, o crescimento da produção acadêmica, o desenvolvimento de um quadro institucional de pesquisa, a criação de novas revistas, etc. são componentes de um mesmo e mais amplo processo, que se pode definir como modernização da ciência econômica no Brasil.

1. Além da antiga Revista Brasileira de Economia, publicada pela FGV, desde o final dos anos 40, surgiram a partir dos anos 70, novas revistas, tais como: a Revista de Estudos Econômicos, editada pela FEA/USP, a Pesquisa e Planejamento Econômico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), da antiga Secretaria, hoje Ministério do Planejamento e a Revista de Economia Política, criada em 1980, por um grupo de professores da Escola de Administração de Empresas, da FGV de São Paulo.

II. A INTERNACIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA ECONÔMICA: IMPACTOS PROFISSIONAIS E POLÍTICOS.

Todavia, é preciso notar que este processo de modernização ocorre no contexto da incorporação sistemática por parte das instituições de ensino e pesquisa do país, dos padrões teóricos e metodológicos, vigorantes nos países desenvolvidos, em particular nos Estados Unidos. Nesse sentido, a modernização significa ao mesmo tempo um processo de internacionalização ou, se se quiser, de “americanização” da produção acadêmica em ciência econômica (2). Estudando esse processo, *Coats* (1992) (3) indica que a internacionalização da ciência econômica, ocorrida no período do pós-guerra, em diversos países, inclui várias dimensões tais como: ampla disseminação de textos didáticos elementares, intermediários e avançados de forma relativamente homogeneizada; crença cada vez maior na formação acadêmica (cursos pós-graduados e treinamento em pesquisa) como condição para a obtenção e o reconhecimento de *status* profissional; crescente matematização e quantificação da disciplina, o que permite superar as barreiras lingüísticas; acesso generalizado às principais revistas de economia, o que implica a adoção do inglês como o idioma de comunicação científica e finalmente, enorme mobilidade internacional de estudantes, professores, pesquisadores, profissionais não acadêmicos, técnicos e funcionários de agências governamentais (4).

2. Se o processo de internacionalização/americanação da ciência econômica no Brasil ocorreu de forma mais significativa a partir dos anos 60, preciso lembrar porém que desde os anos 40, “o Brasil foi literalmente invadido por missões de boa vontade americanas, compostas de professores universitários, jornalistas, publicitários, artistas, militares, cientistas, diplomatas, empresários, etc. - todos empenhados em estreitar os laços de cooperação com brasileiros - além de múltiplas iniciativas oficiais”. (Moura, 1984, p.11)

3. Além do trabalho de Coats, que aliás deu título a uma das sessões da reunião anual da sociedade de História da Economia, realizada em Filadélfia, em junho de 1993 e a uma conferência específica realizada na Duke University em abril de 1995, podem-se citar ainda vários outros trabalhos que procuram reconstruir o processo de internacionalização em países tão diversos como Grécia (Psalidopoulos, 1993), Coréia (Choi, 1993), Chile (Markoff e Montecinos, 1992), etc. Sobre o processo de difusão das idéias econômicas no próprio meio acadêmico e para o público leigo, ver o interessante volume organizado por Colander e Coats (1989).

4. Como expressão mais recente deste processo de internacionalização ou americanização da Ciência Econômica, pode-se citar a edição especial da revista *Kyklos*, de 1995, onde vários economistas discutem se existe uma Ciência Econômica Européia e se realmente há diferenças entre os economistas americanos e europeus (Klamer, 1995 e Mueller, 1995).

Dois mecanismos básicos se destacam no processo de internacionalização no Brasil. Em primeiro lugar, pode-se indicar a vinda, a partir dos meados dos anos 60, de professores americanos para ministrarem disciplinas nos então recém-criados cursos de pós-graduação. Esta prática foi subsidiada pelos programas da USAID (USA Agency for International Development) e da Fundação Ford que estabeleceram convênios com várias escolas brasileiras. Além da Escola de Pós-graduação em Economia (EPGE) da FGV, a Faculdade de Economia da USP (FEA/USP) foi outro centro beneficiado por estes programas. Através de acordos desta faculdade com a USAID e ainda em convênio com o Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso, iniciou-se a instalação do curso de pós-graduação em economia, em São Paulo, em 1964. Pelo acordo, a USAID se responsabilizou pelo custos de viagem e manutenção de dois professores norte-americanos, através de um contrato firmado com a Universidade de Vanderbilt, onde constava “a incumbência de prestar assessoria à criação do curso, ao desenvolvimento do currículo, ao planejamento para a pesquisa e à avaliação do aproveitamento dos alunos”.(FEA/USP, 1981:229-230).

A Fundação Ford teve também papel fundamental neste processo de internacionalização da ciência econômica no Brasil. Como já se indicou,

“o montante de recursos aplicados pela Fundação Ford nos países latino-americanos em geral e, particularmente no Brasil, constitui o maior e mais importante fluxo financeiro externo, em condições de influenciar de maneira decisiva o processo de expansão e consolidação das ciências sociais no país (...). Nos inícios dos anos 60, *os maiores investimentos da Ford na área de ciências sociais na América Latina se concentraram pesadamente em economia e administração*, na medida em que as demais disciplinas pareciam dificilmente assimiláveis às preocupações dominantes dos responsáveis pela Fundação com a problemática do desenvolvimento” (Miceli, 1990, pp.17-22, grifos meus).

Concretamente, a Fundação Ford participou desta iniciativa, fornecendo recursos para financiamento de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, para compra de equipamentos e livros, pagamento de bolsas de estudos no país e no exterior, e igualmente oferecendo condições para a vinda de professores, tais como O. Thweatt,

Werner Baer, Samuel Levy, A.Maneschi e outros, para ministrarem cursos de pós-graduação na Faculdade da Economia da USP. Além de Vanderbilt, a Universidade de Berkeley enviou também professores para assessorar o trabalho de economistas do IPEA. Quem mais se destacou no grupo de Berkeley foi Albert Fishlow, especialmente pelos estudos sobre distribuição de renda, que geraram polêmica nos anos 70. (Ver Ekerman, 1989 e FEA/USP,1981).

Segundo avaliação de Raul Ekerman que participou deste processo, a função dos economistas americanos era mais de transmitir o modelo de organização de ensino e pesquisa do que propriamente contribuir com o conhecimento de teoria econômica mais avançada, já que havia no Brasil, líderes intelectuais com suficiente formação teórica.

“O que faltava na época era a disseminação em escala razoável de atitudes e posturas que pudessem caracterizar uma comunidade científica consolidada. É aí que os grupos americanos tiveram sua principal função(...) *A idéia dos centros de pós-graduação era criar uma elite acadêmica e burocrática.* Esta elite, por força social, teria os seus padrões de excelência baseados nos parâmetros americanos. Não era um fato menor - pelo contrário, seria condição *sine qua non* da formação deste elite - o domínio da língua inglesa. Isto, por si só, justificaria a presença dos professores americanos” (Ekerman, 1989:127, grifos meus).

Outro procedimento, ainda mais importante, de integração dos estudos econômicos brasileiros aos padrões vigorantes nas grandes escolas estrangeiras, deu-se através da prática de envio sistemático, a partir do final dos anos 60, de professores e estudantes brasileiros para realizarem cursos de doutoramento em escolas estrangeiras, especialmente nos Estados Unidos. O que foi enormemente facilitado pelos acordos estabelecidos com os organismos americanos acima citados. O quadro I mostra que 60% dos professores que hoje lecionam nos cursos de pós-graduação em economia tiveram formação no exterior. Destes, destacam-se os que cursaram universidades americanas: 46%, ou seja, cento e cinquenta e oito professores. Na França, estudaram 7.5% e na Inglaterra, 5.5% deles. Dentre as universidades americanas que mais formaram economistas brasileiros, sobressaem as seguintes: Vanderbilt, onde dezoito professores brasileiros se diplomaram graças aos acordos

realizados com universidades no país; em segundo lugar, vem a Universidade de Chicago, onde dezesseis economistas obtiveram seu doutoramento, sendo treze da EPGE e três da USP; Berkeley formou doze professores e Harvard onze. A Universidade de Yale formou oito e as de Michigan e Illinois diplomaram, cada uma, sete doutores brasileiros em economia.

Algumas análises sobre os estudos econômicos no Brasil também permitem dimensionar o processo de internacionalização. Balanços quantitativos indicam que quase dois terços das obras citadas nas principais revistas de economia do país - Revista Brasileira de Economia, Pesquisa e Planejamento Econômico, Estudos Econômicos e Revista de Economia Política - são estrangeiras. Além disso, estes levantamentos apontam ainda a influência específica da produção científica gerada nos Estados Unidos sobre a brasileira: cerca de 40% das citações efetuadas nos conjuntos de todos os artigos publicados nestas revistas desde o momento da criação de cada uma são de autores americanos ou ligados às universidades americanas. Além desta proporção ser elevada, os números absolutos cresceram enormemente no período mais recente, passando de 75 no quinquênio de 1946-1950 para 3.095 no de 1986-1990. Em contrapartida, o peso quantitativo dos estudos gerados em outros países, em particular na Inglaterra e na França vem caindo sistematicamente, no conjunto do período analisado, que vai de 1946 até 1992. (Loureiro e Lima, 1994: 44).

Cabe apontar aqui que a internacionalização da ciência econômica trouxe consideráveis impactos sobre os meios profissionais, além de influenciar também a atuação dos economistas como *policy-makers*, fornecendo àqueles como maior inserção no circuito científico internacional mais legitimidade política. É o que se pretende analisar a seguir.

Quadro I - Professores de Centros de Pós-graduação em Economia no Brasil: Países de origem de seus diplomas de mestrado e doutorado - 1991

Centros de Pós-Grad. *	Total (**)	USA %	França %	Inglaterra %	Brasil %	Out. %
Principais Programas						
EPGE/FGV	30	24 80.0			4 13.3	2 6.7
PUC/RJ	17	14 82.3		2 11.9	1 5.8	
IPE/USP	55	21 38.2	3 5.4		31 56.4	
IEI/UFRJ	20	5 25.0	1 5.0	4 20.0	10 50.0	
UNICAMP	28	2 7.2			26 92.8	
Outros						
PIMES	27	13 48.0	1 4.0	5 18.0	8 30.0	
IEPE	27	17 63.0	2 7.4	1 3.6	7 2.6	
UNB	32	14 43.8	8 25.0	2 6.2	6 18.8	2 6.2
FGV/SP	14	8 57.1		1 7.1	5 21.4	
CEDEPLAR	35	15 43.0	3 8.5	3 8.5	14 40.0	
NAEA	24	5 21.0	5 21.0	1 4.0	13 54.0	
UFBA	17	7 41.1	3 17.8		8 41.1	
CAEN	18	13 72.2			5 27.8	
Totais	344	158 46.0	26 7.5	19 5.5	137 40.0	4 1.0

Fonte: Catálogos dos centros associados a ANPEC. Não inclui dados dos centros mais recentemente integrados como Universidade Federal Fluminense (UFF) e PUC-São Paulo.

(*)

EPGE/FGV - Escola de Pós-graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro

PUC/RJ - Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro

IPE/USP - Instituto de Pesquisa Econômicas, Universidade de São Paulo

IEI/UFRJ - Instituto de Economia Industrial, Universidade Federal do Rio de Janeiro

IE/UNICAMP - Instituto de Economia da Universidade de Campinas

PIMES - Universidade Federal de Pernambuco

IEPE - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNB - Universidade Federal de Brasília

FGV/SP - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo

CEDEPLAR - Universidade Federal de Minas Gerais

NAEA - Universidade Federal do Pará

UFBA - Universidade Federal da Bahia

CAEN - Universidade Federal do Ceará

(**) - Inclui professores em tempo integral e parcial

1. IMPACTOS PROFISSIONAIS DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA ECONÔMICA:

Ao implicar a internalização das práticas teóricas e metodológicas vigorantes nos países mais desenvolvidos, em especial nos Estados Unidos, a internacionalização significou ao mesmo tempo um processo de “americanização” desta disciplina. Associado a orientações ideológicas de rejeição do chamado imperialismo norte-americano e de seu conseqüente colonialismo cultural, o processo de “americanização” da ciência econômica não se deu de forma homogênea entre as diversas escolas no Brasil, sofrendo resistência sobretudo por parte de grupos mais próximos a posições políticas de esquerda e teoricamente mais identificados com orientações cepalinas e heterodoxas. Examinando ainda o quadro I, observa-se, que o Instituto de Economia da UNICAMP, por exemplo, é aquele que tem a percentagem mais baixa de docentes formados no exterior: apenas dois fizeram PhD. nos Estados Unidos, contra vinte e seis professores que se doutoraram na

própria UNICAMP ou na USP. De outro lado, a PUC do Rio e a EPGE apresentam os números mais elevados de professores formados nos Estados Unidos: mais de 82% na PUC e 80% na EPGE.

Estes dados indicam que, apesar das transformações ocorridas nas últimas décadas no campo dos economistas e a modernização sofrida pela ciência econômica no Brasil, as antigas oposições entre estruturalistas *versus* monetaristas ou ortodoxos *versus* heterodoxos que organizavam aquele espaço social nos anos 50-60, ainda permanecem, mesmo que transformadas por novos e mais complexos móveis de luta. Nesta linha de raciocínio, pode-se então observar que a internacionalização da Ciência Econômica trouxe como impacto profissional mais significativo o reforço da polarização já existente nos meios acadêmicos de formação dos economistas brasileiros e conseqüentemente gerou diferenciações importantes neste meio em termos de práticas e estratégias profissionais por parte de seus membros.

Assim, consolidaram-se os seguintes pólos: De um lado, encontra-se a EPGE, que seguindo as mesmas orientações básicas da FGV dos anos 50 e 60, é considerada, hoje também, a versão monetarista mais ortodoxa, com seus membros valorizando fortemente a modelização matemática e o instrumental econométrico. Ainda deste lado, está a PUC-Rio, constituída de antigos alunos e de professores dissidentes da EPGE e egressos de outras universidades (UFRJ e UNB). Colocando também grande ênfase na modelização matemática, estes dois centros constituem o pólo mais internacionalizado, isto é, mais integrado ao *mainstream* atual (5). Basta

5. Cabe retomar aqui, especialmente para os não iniciados, que até os anos 60, a interpretação neo-clássica da obra de Keynes (efetuada por autores como Hicks, Modigliani, Patinkin, Samuelson, Tobin) constituía o *mainstream* do campo da ciência econômica, definido predominantemente nas universidades americanas. Esta orientação, chamada "síntese neo-clássica" reinava soberana. A partir dos anos 70, a situação de recessão e de inflação que caracterizaram a economia mundial permitiram a retomada das teorias monetaristas, em especial daquelas formuladas por Milton Friedman, na Universidade de Chicago e abriram espaço para economistas, ainda mais radicais nesta orientação, como Lucas e Sargent, denominados "novos-clássicos". Estes, bem como os chamados "novos-keynesianos" constituem hoje o que se define como o *mainstream* da ciência econômica, cujas linhas gerais podem ser assim caracterizadas: 1) suposição de ação racional por parte dos agentes econômicos; 2) reforço da crença no rigor permitido pelo instrumental matemático e econométrico, considerado como a única linguagem aceitável nas análises econômicas; 3) idéia que o mercado, mesmo não tendendo automaticamente para o equilíbrio, deve funcionar com reduzida intervenção do estado. Por outro lado, preciso destacar ainda que as novas idéias que passaram a prevalecer no início dos anos 70 surgiram em decorrência de críticas internas ao próprio grupo dominante e não por aquelas provenientes de grupos "alternativos", como os "pós-keynesianos", os "institucionalistas" ou ainda, os "neo-marxistas", uma vez que estes nem são levados em conta pelo *mainstream*.

observar, como já se indicou, que 80% e 82% dos professores, respectivamente da EPGE e da PUC, formaram-se nos Estados Unidos.

De outro lado, os cursos da UNICAMP e UFRJ, constituídos por antigos discípulos da CEPAL, permaneceram sempre ligados às questões definidas como estruturais. Seus estudos são desenvolvidos em linguagem pouco formalizada matematicamente e enfatizam abordagens históricas e sócio-políticas dos processos econômicos. Finalmente, entre os dois extremos encontra-se o curso de pós-graduação da USP, o maior em termos do número de professores. Embora a maioria deles (31 professores) tenha realizado o doutorado na própria USP, um número também significativo estudou nos Estados Unidos (21 professores). Apenas a EPGE tem um número mais elevado de docentes diplomados nos Estados Unidos (24 professores).

Os programas de cursos dos diversos centros de pós-graduação e os critérios de seleção de seus candidatos constituem indicadores que também permitem dimensionar as oposições no meio acadêmico dos economistas. Em primeiro lugar, cabe notar, com base no quadro II, os pesos que cada centro de pós-graduação dá às diversas provas do concurso nacional para seleção dos candidatos. Se os pesos

Quadro II - Concurso Nacional de Seleção da ANPEC: Pesos dos exames (1993)

	Micro	Macro	Matemática	Estatística	Economia Brasileira
Centros					
EPGE	22.5	22.5	22.5	22.5	10
PUC	20	20	20	20	20
IPE/USP	20	20	15	20	25
UFRJ	20	20	20	20	20
UNICAMP	17.5	17.5	12.5	12.5	40
CAEN	25	25	15	15	20
CEDEPLAR	20	20	15	15	30
FGV-SP	20	20	15	15	30
IEPE	20	20	20	20	20
NAEA	20	20	10	10	40
PIMES	20	20	20	20	20
UFBA	20	20	15	15	30
UFF	20	20	20	20	20
UNB	20	20	20	20	20

Fonte ANPEC: 1993

atribuídos às disciplinas de microeconomia e macroeconomia são relativamente homogêneos em todos os centros, observa-se situação diversa com relação às provas de métodos quantitativos e economia brasileira, onde o grau de dispersão reforça a polaridade já identificada. Em um extremo, a EPGE da FGV/Rio é a que atribui maior peso para as provas de teoria econômica e métodos quantitativos e correlatamente menor peso para a prova de economia brasileira; no outro extremo, está o Instituto de Economia da UNICAMP que não apenas privilegia a prova de economia brasileira, mas inclusive atribui às provas de matemática e estatística o menor peso entre todos os centros.

Com mais de dois terços (72%) de seus professores diplomados em cursos de graduação de engenharia e matemática, a pós-graduação da EPGE caracteriza-se por um núcleo básico de teoria econômica e métodos quantitativos seguindo de perto tanto o conteúdo teórico como os rigorosos procedimentos lógico-formais característicos do *mainstream* internacional. Uma vez que os cursos de micro e macro são lecionados com grau elevado de formalização matemática, uma rigorosa sequência de dois trimestres de análise matemática, fornecida como suporte para os mesmos. Completando o núcleo básico de métodos quantitativos, o programa de mestrado em economia da EPGE prevê ainda a realização de dois trimestres de estatística e um trimestre de econometria. Os alunos que ingressam no doutoramento, por sua vez, devem cursar uma nova carga de análise matemática, de teoria dos jogos, de econometria, de macroeconomia e finalmente de teoria econômica avançada.

Com relação ao IE da UNICAMP, onde um número considerável de professores têm uma formação inicial em Direito e Ciências Sociais, os programas de cursos de mestrado e doutorado caracterizam-se pela presença majoritária de disciplinas que privilegiam claramente as abordagens histórica e institucional. Assim, por exemplo, a disciplina microeconomia prioriza a análise de seus fundamentos teóricos e de noções como concorrência, estratégia e dinâmica da firma, mudança técnica e internacionalização da firma, utilizando autores clássicos como Alfred Marshall, Joan Robinson, Schumpeter e autores mais recentes “alternativos” às diversas versões do paradigma neoclássico. O curso de macroeconomia, por sua vez, privilegia

análises relativas aos fundamentos da teoria macroeconômica, utilizando também autores “alternativos”. Dedicando reduzida atenção às diversas abordagens operacionalistas (a chamada síntese neo-clássica, o novo-keynesianismo, a nova economia clássica ou ainda a teoria das expectativas racionais), o enfoque adotado na UNICAMP enfatiza análises relativas aos fundamentos das noções de equilíbrio, expectativas e incertezas, ao conteúdo da economia do emprego de Keynes e Kalecki. Privilegia ainda as origens, características e implicações da instabilidade das economias capitalistas contemporâneas (Ver a respeito, os catálogos da ANPEC).

Chama atenção a diversidade de época em que foram publicados os textos adotados pela EPGE e pelo IE. A maioria dos livros indicados pela EPGE são recentes. São, em geral, títulos editados no quinquênio anterior à publicação do catálogo da ANPEC: uns poucos, mais antigos, são do final dos anos 70 e inícios dos anos 80. Em contraste, os textos adotados pelo Instituto de Economia da Unicamp são de autores clássicos, e portanto publicados há várias décadas. Esta observação torna-se significativa na medida em que se considera, conforme foi apontado por Arida (1991) dois modelos distintos de ciência econômica: o de *hard science* (hegemônico nos USA, e estruturado nos moldes das ciências exatas) no qual, é admissível que os estudantes ignorem a história do pensamento, e no qual as leituras, com raras exceções, excluem textos com mais de cinco ou seis anos; e o modelo *soft science*, onde os estudantes devem basicamente dominar os clássicos ou as grandes obras do passado, porque a história do pensamento se confunde com a teoria, sendo que o estudo desta última é considerado indissociável da primeira.

Os dados do quadro III revelam outros aspectos da intensidade com que o processo de internacionalização ocorreu em alguns programas de pós-graduação e o grau de resistência oferecido em outros. Enquanto 90% e 78% da bibliografia usada respectivamente nos cursos de pós-graduação da EPGE e PUC-Rio está escrita em inglês, na UNICAMP os textos nesta língua constituem menos de 10% do total. Quase 70% das referências bibliográficas da UNICAMP estão em português e 22% em espanhol, a maioria das quais de autores cepalinos e algumas poucas em francês.

Quadro III (PARTE A) - Balanço Quantitativo da Bibliografia Utilizada em Disciplinas Seleccionadas de Alguns Programas de Pós-Graduação em Economia: Origem Nacional dos Livros e Artigos

Pro- grama	A		B	C		D	
	Trabalhos	Trabalhos	% de A sobre o total	Trabalhos	%	Trabalhos	%
	Escritos em Português	Traduzidos para Português		em Inglês		em out. linguas (*)	
EPGE/FGV	18	0	8	208	90	4	2
PUC/RJ	39	9	16	233	78	19	6
UNICAMP	280	53	69	45	9	108	22

Fonte: Franco (1992), usando informações do catálogo da ANPEC. Como se solicitou a cada centro que enviasse apenas os programas relativos às disciplinas mais representativas de seu perfil, estes dados são bastante expressivos da polarização enfatizada neste trabalho.

(*) Espanhol e Francês.

Quadro III (PARTE B) - Balanço Quantitativo da Bibliografia Usada em Disciplinas Seleccionadas de alguns centros de Pós-Graduação em Economia: Abordagem Teórica Metodológica

Programas	Teoria e Métodos		História Econômica	
	Quantitativos (*)	%	História do Pens. Econ.	%
			Economia Política (**)	
EPGE/FGV	226	98	5	2
PUC/RJ	286	95	14	5
UNICAMP	266	55	220	45

Fonte: A mesma da parte A.

(*) Inclui disciplinas como Teoria Macroeconômica e Microeconômica (Teoria dos Jogos), Teoria Monetária, Teoria do Comércio Internacional, Teoria da Organização Industrial, Teoria Econômica da Agricultura, Economia do Trabalho (estas duas últimas como campos aplicados da teoria Microeconômica), Teoria do Desenvolvimento Econômico, Matemática, Estatística e Econometria.

(**) Inclui História Econômica Geral, História do Pensamento Econômico, Economia Brasileira, Filosofia da Ciência, Metodologia, Sociologia, Ciência Política, Teoria Marxista.

Em termos da abordagem teórica e metodológica, a EPGE e PUC apresentam as mais altas percentagens de bibliografia na área de Teoria Econômica e Métodos Quantitativos: 98% e 95% respectivamente. Em contraste, a UNICAMP apresenta apenas 55% nestas duas áreas e 45% em História Econômica, História do Pensamento Econômico e Economia Política.

As oposições entre estes grupos aparecem ainda quando se analisa sua participação nas diferentes revistas de economia publicadas no país. Os membros da EPGE/FGV publicam preferencialmente seus trabalhos na revista patrocinada por sua própria instituição, a **Revista Brasileira de Economia** e ainda na Pesquisa e Planejamento Econômico. É interessante observar que estes dois periódicos contêm artigos cuja argumentação se desenvolve principalmente em linguagem matemática e apresentam a taxa mais elevada de citações de artigos publicados em revistas americanas e de autores ligados a universidades dos Estados Unidos: respectivamente 42% e 40% do total de citações feitas no conjunto das principais revistas brasileiras de economia. Diferentemente das anteriores, a Revista de Economia Política, como seu nome indica, privilegia os artigos que reforçam as dimensões políticas da economia. Dirigida por professores da FGV de São Paulo, mas independentes das orientações de seus colegas do Rio e mais próximos aos antigos discípulos da CEPAL, esta revista publica predominantemente trabalhos de economistas denominados heterodoxos ou estruturalistas, muitos deles ligados (hoje ou no passado) a grupos políticos de centro-esquerda (6). Segundo ainda levantamentos quantitativos, a Revista de Economia Política apresenta a taxa mais baixa de citações de periódicos e autores americanos - 10% - e em contrapartida, o maior número de referências a autores latino-americanos, entre os estrangeiros. Com relação à revista Estudos Econômicos, ela apresenta, em consonância com a instituição que a patrocina - FEA/USP - traços mistos, tanto do ponto de vista das orientações teóricas, quanto do ponto de vista da linguagem matemática (Loureiro e Lima, 1994).

6. Destaca-se a homenagem prestada pelos editores, por ocasião do lançamento da revista, a economistas perseguidos pelo regime militar, como Caio Prado Júnior, Celso Furtado e Ignácio Rangel, escolhendo-os como patronos. Também exprime os compromissos assumidos pelo grupo a seguinte frase contida na contracapa do primeiro número: "Esta iniciativa surgiu da convicção de que doutrinas baseadas na suposição da economia como ciência positiva e neutra devem ser superadas pela Economia Política, isto é, por um compromisso crítico com a realidade".

Outro importante efeito profissional da internacionalização da Ciência Econômica no Brasil é a diferenciação interna de seu campo acadêmico em termos de estratégias de carreiras por parte dos membros de cada pólo. Assim, os professores da EPGE e PUC participam de forma mais intensa do que os demais do circuito científico internacional - presença em congressos ou seminários internacionais, publicação em revistas estrangeiras, especialmente americanas, participação em sociedades científicas, etc. - e ainda em agências econômicas internacionais como o FMI, Banco Mundial, etc (7). Os quadros IV e V mostram que os professores destas duas escolas são os que mais publicaram em revistas científicas em língua inglesa, nos Estados Unidos e em outros países. Com base no quadro IV, observa-se que 60% dos artigos do professores da PUC, citados no catálogo da ANPEC, referem-se a artigos ou livros publicados em inglês, enquanto que na UNICAMP, esta percentagem atinge apenas 6%. Em geral, os professores desta instituição divulgam predominantemente livros ou artigos em periódicos brasileiros - 56% e 38% respectivamente do total dos títulos mencionados no catálogo da ANPEC; e suas publicações no exterior restringem-se a revistas latino-americanas (8).

Ainda em termos de diferenciação das estratégias profissionais, o pólo constituído pela EPGE e PUC-Rio pode ser denominado “privatista”, não só pelo fato de que os dois centros sejam estabelecimentos de ensino privado, mas sobretudo por valorizarem teoricamente o papel do mercado no sistema econômico (9); e ainda por que estabelecem laços estreitos com as empresas privadas, bancos em particular,

7. Sete professores da PUC-Rio e três da EPGE são mencionados como membros da American Economic Association e da Econometric Society (Ver as indicações na American Economic Association e Econometrica, respectivamente de 1988 e 1993). Três outros professores da USP estão também mencionados nesta listagem.

8. De acordo com Whitley (1991), as características de cada campo científico determinam a importância dada a livros ou a artigos publicados em revistas especializadas como canal privilegiado para comunicação dos resultados da pesquisa científica. Distinguindo diferentes campos científicos, este autor afirma: “... *the relatively low degree of skill and concept standardisation, limited autonomy from lay elites and ordinary language and variety of legitimate audiences for intellectual contributions, limit the ability of particular groups to dominate the reputational system and establish their goals and standards(...) the lack of technical standardisation means that research outputs are not easily communicated through brief journal articles... (In fields such as management studies, sociology, etc.) journals do not dominate the formal communication system(...) but monographs, general books and semi-popular articles are still legitimate means of communicating research outputs...*” (Whitley, 1991:24-25, grifos meus).

9. Vale lembrar que grande parte dos membros da EPGE fizeram seu doutoramento em Chicago, que, como se sabe, o nicho dos monetaristas, com Milton Friedman e, mais recentemente, dos chamados novos clássicos, como Lucas e Sargent.

onde trabalham como consultores. Em contraste, o pólo menos internacionalizado constituído pela UNICAMP pode ser definido como “público” porque seus membros, além de trabalharem em universidades públicas e desenvolverem atividades de consultoria, em geral, em agências governamentais e empresas públicas, enfatizam em seus trabalhos os aspectos políticos da economia e, sobretudo, porque são mais críticos às orientações neoliberais que acreditam na eficiência do mercado para alocação de recursos e distribuição da riqueza. Finalmente, a posição intermediária entre estes dois pólos, representada pela FEA/USP manifesta-se também em orientações teóricas mais pluralistas e em práticas de consultoria por parte de seus membros mais heterogêneas, tanto no setor financeiro quanto em indústrias, organismos sindicais e agências públicas.

Quadro IV - A produção científica dos professores de alguns centros de pós-graduação: balanço quantitativo das publicações escritas em inglês e português.

	Publicações em inglês				Publicações em Português				Total		Taxa de Public. em inglês
	Art. em revistas		cap. de livros		Artigos		Livros		Outros(*)		
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	
Programas EPGE/FGV (20 profs)	17	30.3	9	16.0	13	23.2	17	30.3	56	100	30.3
PUC/RJ (7 profs)	11	55.0	5	25.0	4	20.0	-	-	20	100	55.0
IPE/USP (33 profs)	12	12.6	30	31.5	22	23.1	31	32.6	95	100	12.6
IEI/UFRJ (24 profs)	8	11.5	38	55.0	8	11.5	15	22.0	69	100	11.5
	(**)										
UNICAMP (18 profs)	2	4.2	10	21.2	22	47.0	13	27.6	47	100	4.2

Fonte: Catálogos dos centros de pós-graduação em Economia publicados pela ANPCEC/IPEA, 1992. Esta lista não é exaustiva, mas refere-se apenas às publicações selecionadas mencionadas no catálogo da ANPEC.

(*) Inclui relatórios de pesquisa e papers para discussão.

(**) Inclui 5 artigos escritos em espanhol e publicados na América Latina e 1 escrito em francês e publicado em Paris.

Quadro V - Publicações de professores de alguns centros de pós-graduação em Revistas Internacionais: Balanço Quantitativo de Artigos

Revistas em	Programas		
	EPGE/FGV	PUC/RJ	UNICAMP
Ingles			
J. Math.Economics	3	-	-
J. Econometrics	1	-	-
Econométrica	4	-	-
J.Econ. Theory	6	-	-
Quartely J.Economics	4	2	-
The Bell J.Economics	-	1	-
The Economic Journal	-	1	-
World Development	-	8	-
Economic Hist.Review	-	1	-
Subtotal	18	13	-
Revistas em Espanhol			
El Trimestre Económico	4	13(*)	6
Revista de la CEPAL	1	3	5
Total	23	29	11

Fonte: Dados coletados em revistas de Economia a partir de 1970. Mencionaram-se nesta listagem apenas as revistas onde foram encontrados artigos de professores brasileiros.

(*) Um único professor da PUC-Rio, Edmar Bacha, escreveu 7 artigos publicados no Trimestre Econômico, no período de 1984 a 1992. Este professor também escreveu 5 outros artigos para o Trimestre Econômico, quando estava na EPGE (1970-71) e na UNB (1974-1977).

Em síntese, acompanhando a tendência geral presente, hoje em dia, em qualquer campo científico, a ciência econômica, elaborada no Brasil, nas últimas décadas, internacionalizou-se e para isso teve que se modernizar. Deixando de ser tema de ensaios ou trabalhos discursivos, escritos por intelectuais autodidatas, os estudos econômicos passaram a ser objeto de profissionais especializados nas universidades e, em particular nos centros de pós-graduação em economia. Crescendo em quantidade e assumindo caráter científico, estes estudos incorporaram as orientações teóricas e os padrões metodológicos vigorantes nos países desenvolvidos. A visita de professores do exterior para ministrarem cursos no Brasil e sobretudo o envio de centenas de bolsistas brasileiros a universidades estrangeiras, em especial às universidades americanas, foram os mecanismos mais importantes de modernização/internacionalização da ciência econômica. Os programas dos cursos de pós-graduação e o balanço quantitativo das referências bibliográficas contidas nas principais revistas brasileiras de economia e nos cursos de pós-graduação permitem dimensionar o peso dos padrões vigorantes nas universidades americanas sobre a produção brasileira.

Embora a avaliação quantitativa seja limitada e não dê conta especificamente das contribuições das diversas correntes teóricas sobre a produção científica brasileira, é possível apontar que nenhuma orientação tem exercido influência hegemônica no pensamento econômico elaborado no Brasil, nem tampouco nas políticas econômicas postas em prática pelos governos brasileiros em diferentes momentos, como parece ter sido o caso, por exemplo, das teorias monetaristas da Universidade de Chicago por parte do governo militar no Chile, como ser examinado posteriormente. Embora muitos economistas brasileiros tenham se inspirado nos estudos desenvolvidos por Friedman e levado em conta de forma atenta os trabalhos mais recentes dos chamados novos clássicos, a crença no mercado, entre os economistas, nunca foi suficientemente forte no Brasil, afirmaram alguns dos entrevistados durante a elaboração deste estudo. Razões de ordem histórica, associadas ao papel que o Estado sempre precisou assumir no Brasil de regulador e promotor do desenvolvimento econômico, podem estar na raiz da descrença, partilhada por praticamente todos os diferentes grupos de economistas, na capacidade do mercado, funcionando por si só, de produzir o crescimento e gerar equilíbrio. Mesmo os

economistas da EPGE-FGV do Rio de Janeiro, mais próximos àquelas orientações, podem ser classificados como ecléticos, no sentido de que mesclam, em suas análises, diferentes paradigmas teóricos e, quando participam do governo, adotam políticas econômicas inspiradas em variadas orientações.

2. IMPACTOS POLÍTICOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA ECONÔMICA:

Além dos impactos profissionais, é necessário mencionar que a internacionalização da ciência econômica, como uma das dimensões do processo mais amplo de globalização econômica, produz também efeitos políticos importantes. Ela inaugura novos canais de acesso aos postos de direção governamental. Hoje, os ocupantes dos postos da alta burocracia pública na área econômica são portadores não apenas de diplomas em cursos de graduação no país, mas também realizaram cursos de pós-graduação no exterior. Os dados sistematizados no quadro V relativos às carreiras e ao background educacional de um dos mais importantes segmentos das elites dirigentes na área econômica no Brasil, o Banco Central, indicam que, a partir de sua criação em 1965 até agora, de seus dezoito presidentes, oito podem ser definidos como acadêmicos, isto é, construíram suas carreiras, anteriormente à indicação para o Banco Central, de forma predominante nos meios universitários; quatro o fizeram em bancos privados, e seis vieram da própria carreira burocrática pública. Do total, dezesseis presidentes fizeram estudos de pós-graduação, dois no Brasil, doze nos Estados Unidos e dois em outros países. Com relação aos diretores, embora os dados não estejam completos, observa-se de um um total de 50 diretores dos quais se têm informações, trinta e dois fizeram cursos de pós-graduação, quatorze nos Estados Unidos, quinze no Brasil (dentre estes, 9 da carreira burocrática do Banco) e três em outros países.

Quadro VI - Carreiras e formação educacional dos dirigentes do Banco Central do Brasil (1965-1995)

Tipos de carreira	Dados relativos a Presidentes Pres.pós-graduados			
	Nº.de presid	Brasil	EUA	Outros países
Acadêmicos	8	1	7	-
Burocratas	6	1	2	1
In. Privada	4	-	3	1
Total de presidentes	18(*)			

	Dados relativos a Diretores Diret. pós-graduados			
	No.diret.	Brasil	EUA	Outros países
Acadêmicos	14	2	10	2
Burocratas	23	9	2	0
In. Privada	13	4	2	1
Total de Diretores	74(**)			

Fontes: Currículos arquivados no Banco Central, Dicionário histórico e biográfico, CPDOC/FGV, 1983, e entrevistas.

(*) Desde a fundação do Banco Central, houve 18 presidentes e 21 presidências já que Ernane Galveas, Francisco Gros e Gustavo Loyola ocuparam o cargo por duas vezes.

(**) Os dados para diretores não estão completos, faltando informações sobre 24 diretores sobre um total de 74.

Em outras palavras, ao consolidar padrões relativamente homogêneos de formação dos economistas, a internacionalização da ciência econômica produz novas formas de acesso ao poder e de legitimação da elite dirigente: a notoriedade acadêmica garantida por fortes vínculos com o circuito científico internacional e a visibilidade, dela decorrente, na imprensa, nos meios empresariais e políticos do país. Embora longo, é extremamente ilustrativo deste processo, o trecho abaixo, onde o jornalista C. A. Sardenberg descreve a “campanha” efetuada por Pêrsio Arida e Lara Resende para obterem o reconhecimento internacional (e conseqüentemente a aprovação política e acadêmica no Brasil) para a tese inercialista que se tornaria, logo depois, base para o Plano Cruzado.

“Setembro, 1984, reunião do Fundo Monetário Internacional, em Washington. Pêrsio já estava lá e terminara sua versão da proposta da reforma monetária em inglês. André chegou com seu artigo brasileiro, ainda inédito. Os textos foram distribuídos, circularam entre diversas autoridades. Foi uma cópia para Alexandre Kafka, representante do Brasil no FMI, que não se manifestou, como convinha. Outra para Peter Knight, do Banco Mundial, que revelou sua opinião aos autores: achara a idéia esplêndida. André faz uma exposição no Federal Reserve, o banco central norte-americano, em Washington, com receptividade razoável. Pêrsio foi convocado a falar em um seminário no Woodrow Wilson, onde trabalhava no momento, em Washington. O texto básico dessa reunião promovida em outubro de 1984 foi o artigo de Pêrsio, em inglês, ‘Economic Stabilization in Brazil’. A platéia presente numa sala de decoração clássica, no meio de uma imensa biblioteca, incluía funcionários do Banco Mundial, do Departamento de Estado e do FMI. Gente interessada em Brasil por razões de estudo ou por necessidade de ofício. Ali estava, por exemplo, Ana Maria Jul, funcionária do FMI, integrante de diversas missões do Fundo no Brasil, onde se tornara nome conhecido, espécie de personagem-símbolo da instituição. Ana Maria ouviu as propostas de Pêrsio Arida em silêncio. Não fez perguntas, não participou dos debates. Mas, Pêrsio manteve um olhar curioso dirigido para suas reações e convenceu-se, ao final: ela visivelmente não gostara. De todo o modo, os ecos da proposta ressoavam aqui e ali, até que os papéis caíram nas mãos de John Williamson, que já fora professor na PUC-Rio e trabalhava então no Instituto de Economia Internacional em Washington. Conheciam-se - Williamson, André e Pêrsio - e combinaram então que o primeiro promoveria nos Estados Unidos um amplo seminário internacional sobre a experiência de alguns

países no combate à inflação - Brasil, Argentina e Israel -, assim como sobre a hiperinflações européias. Pêrsio e André escreveriam a quatro mãos um artigo completo sobre a reforma monetária. Marcou-se o seminário para dezembro de 1984 e o encontro acabaria por reunir economistas que, mais tempo, menos tempo, estariam pilotando reformas em Israel, Argentina e Brasil, pela ordem. A conexão internacional estava se formando... Após a reunião do FMI, enquanto Pêrsio permanecia nos Estados Unidos, Lara Resende voltava ao Rio de Janeiro. Desembarcou num ambiente agitado e, não raro hostil... Seus artigos haviam sido publicados e, logo em seguida, obtido o endosso explícito do professor Mario Henrique Simonsen. Pelo menos para o grande público isso mudava a natureza da controvérsia. André, Pêrsio e Chico Lopes eram acadêmicos de respeito, mas não personalidades públicas de alta densidade. Simonsen, sim, era peso-pesado: líder de toda uma geração de economistas, duas vezes ministro, nome de respeito nas comunidades acadêmicas, empresarial e financeira internacionais. Um homem público de linha de frente. A imprensa se excitou: a notícia agora estava na primeira página. Com direito à televisão e às revistas.”(Sardenberg, 1987: 42-43 e 46, grifos meus).

Como é bastante conhecido, Arida e Lara Resende eram, na época, professores na PUC-Rio e tinham feito cursos de pós-graduação nos Estados Unidos onde tiveram oportunidade de estabelecer contatos com o circuito científico internacional. Apesar do fracasso do Plano Cruzado e das experiências de choques heterodoxos, não parece ser disparatado afirmar que a legitimidade acadêmica destes economistas, sustentada pelo reconhecimento de sua competência técnica por parte dos meios internacionais contribuíram para que eles, juntamente com outros colegas da PUC-Rio, fossem escolhidos novamente pelo governo para formular e implementar, quase dez anos depois, o Plano Real.

É interessante lembrar aqui que, quando colocaram em prática as propostas inercialistas, na gestão do Plano Cruzado, estes economistas partilharam os postos governamentais com colegas da UNICAMP que participaram do governo na qualidade de economistas do PMDB. De toda a experiência do Plano Cruzado, já bastante analisada, do ponto de vista técnico, em ampla literatura nacional e estrangeira, cabe destacar os efeitos profissionais de seu fracasso em termos de certo declínio do prestígio social dos economistas, captado em expressões veiculadas

na imprensa como a “febre antieconomista” (O Estado de São Paulo, 10/3/1991.p.6) ou na frase “O laboratório Brasil anda escaldado com os economistas” (Revista Isto É/Senhor, 13/3/1991,p.14). Embora não haja estudos sistemáticos, alguns indícios levantados em entrevistas e conversas informais com economistas e estudantes de Economia parecem apontar que estes efeitos recaíram de forma mais forte sobre os professores da UNICAMP do que sobre os da PUC. Se for correta, esta observação permite levantar como hipótese o seguinte: enquanto os primeiros participaram da arena decisória através de suas relações com os partidos políticos, como “economistas do PMDB”, os professores da PUC participaram apenas através de sua competência técnica; além disso, estes últimos deixaram o governo na “hora certa”, isto é, antes da completa realização por parte do grande público da falência do plano e sobretudo, puderam construir explicações para este fracasso que foram aceitas nos meios acadêmicos: O Plano Cruzado não deu certo por razões de ordem política e pelo populismo do presidente Sarney e de seu partido. (Pereira, 1992 e Sardemberg, 1987).

Em suma, a consolidação de um sistema internacionalizado de formação acadêmica tem se tornado um dos mecanismos cruciais de legitimação desta nova elite dirigente. Quanto mais integrado ao circuito internacional mais reconhecido é o economista e mais legítimas serão suas decisões nos postos governamentais. Isso valendo, obviamente, não apenas para o Brasil, como para outros países. Cabe lembrar que o respaldo internacional desempenhou papel crucial nas reformas econômicas levadas a cabo no México, nas últimas décadas. Analisando este processo, Centeno (1993:24) afirma:

“The social and professional relationships that the leading elites established also played a major role in defining the new policy paradigms... ‘A continental network of Harvard, Chicago and Stanford grads are back (in Latin America) atop businesses and ministries spreading the new market mind-set. They are using old school ties to reach across Latin America’s borders, signing joint ventures and free-trade agreements with fellow alumni’. Not only creditors and multilateral agencies, lecturers and seminar presenters, media pundits and intellectual authorities, but even the exroommates of the new elites approved the new policies”.

III. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Numerosos estudos e artigos na imprensa têm feito referências ao chamado Consenso de Washington (Williamson, 1994) e à homogeneização crescente dos programas de estabilização e reforma da economia, adotados em diferentes países do Terceiro Mundo e da América Latina em particular, que seguem os paradigmas neoliberais hoje dominantes nos meios acadêmicos e nos círculos internacionais como FMI, Banco Mundial, etc. Vários têm inclusive criticado não só seus efeitos econômicos perversos, em termos de recessão e desemprego crescente, mas inclusive seus impactos políticos com relação à perda de autonomia dos Estados nacionais na condução de suas políticas macroeconômicas e em termos da ameaça que este processo representa para a consolidação democrática (Fiori, 1995 e Ribeiro, 1995).

Ao examinar os mecanismos de internacionalização da Ciência Econômica no Brasil, estabelecidos ao longo de décadas e envolvendo numerosos grupos e instituições e, ao mesmo tempo, seus efeitos profissionais e políticos, este trabalho oferece contribuição ao entendimento de uma dimensão crucial do processo de globalização econômica, qual seja, o da homogeneização de paradigmas teóricos e políticos. Em outras palavras, o “consenso” de Washington como afirmação de um conjunto de medidas macroeconômicas, que constituem um “receituário” comum a ser aplicado pelos governos de diferentes países supõe, como condição prévia, a hegemonia nos meios acadêmicos dos paradigmas teóricos que orientam a ação dos responsáveis pela condução das políticas governamentais (predominantemente economistas formados em universidades americanas onde as teorias neo-clássicas constituem o *mainstream*). Este foi portanto o resultado histórico prático do processo de internacionalização ou americanização da Ciência Econômica, iniciado após a Segunda Guerra Mundial, por efeito da difusão do keynesianismo, mas que paradoxalmente cresce mesmo com seu refluxo e a hegemonia global do neoliberalismo a partir dos anos 80.

BIBLIOGRAFIA:

- Agarez, I. C. (1986), "A produção de teses em economia nos centros da ANPEC" in *Literatura Econômica*, jun., vol.8, nº 2
- Arida, P. (1991), "A história do pensamento econômico como teoria e retórica Rego. J. M., *Revisão da crise: Metodologia e Retórica na História do Pensamento Econômico*, Bienal, São Paulo
- Bianchi, A. M. F., (1984), "A economia e sua crise de identidade" in *Literatura Econômica*, vol.6, out. nº 4
- Canabrava, A. P. (1981), "As condições sociais, econômicas e políticas da fundação " in *História da Faculdade de Economia e Administração da USP(1946-1981)*, São Paulo. USP
- Castro, C. M. (1970), "O que faz um economista" in *Revista Brasileira de Economia (RBE)*, vol. 24, nº 4,ou-dez.
- Castro, C. M. (1975) "A produção de economistas e o produto de economistas" in *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol.5,nº 2
- Choi, Y. B. (1993), *The americanization of Economics in South Korea*. Paper apresentado em History of Economics Society, 20th Annual Meeting, Filadélfia, Temple University, jun.26-29.
- Coats, A. W. (1992), *The Post-1945 Global Internationalization (Americanization?) of Economics*. Texto para discussão n.18/92, FEA/ USP
- Colander, D. & Coats, A. W. (eds.), (1989), *The Spread of economic ideas*. Nova York. Cambridge University Press
- CPDOC/FGV (1983), *Dicionário histórico e biográfico brasileiro*, Rio de Janeiro, FGV/Forense

- Cunha, L.A. (1974), "A pós-graduação no Brasil: função técnica e função social" in *Revista de administração de empresas*, vol 14, nº 5
- Delfim Netto, A. (1966) "As oportunidade, os problemas e a estratégia para melhorar no Brasil o treinamento universitário em economia," *Revista Brasileira de Economia*, ano XX, nº 4, dez.
- Ekerman, R. (1989), "A comunidade de economistas do Brasil: dos anos 50 aos dias de hoje" in *Revista Brasileira de Economia*, vol.43, n. 2, abr-junho
- Ferreira, M. O. (1966), "A formação do economista no Brasil", in *Revista Brasileira de Economia*, ano XX, nº 4, dez.
- FEA/USP (1981), *História da Faculdade de Economia e Administração (FEA/USP) da Universidade de São Paulo (1956-1981)*, São Paulo, 2 vols.
- Fiori, J.L. (1995), "Em busca do dissenso perdido" in *Folha de São Paulo*, 1/10/95, pg. 5-8.
- Franco, G. (s/d), *Cursos de Economia*, Anpec, Rio
- Gonçalves, R. e David, M. D (1982), "A produção acadêmica nas principais revistas de economia: balanço de uma década" in *Literatura Econômica*, maio-junho, vol. 4, nº 3.
- Guimarães, E. e Tolipan, R.(1986), "O curso de economia e a crise da teoria econômica" in *Cadernos de Orientação Acadêmica*, set.
- Klamer, A. (1995), "A rhetorical perspective on the difference between European and American economists" in *Kyklos, International Review for Social Sciences*, Special Issue: Is there a European Economics?, vol. 48, fasc. 2

- Lima Junior, O.B. (1972), *Mercado de Trabalho de nível superior: oferta e demanda de advogados, engenheiros, economistas e administradores*, IUPERJ, Rio de Janeiro
- Loureiro, M. R. (1992), "Economistas e elites dirigentes no Brasil" in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 20 (7), outubro.
- Loureiro, M.R. & Lima, G.T. (1994), "A internacionalização da Ciência Econômica no Brasil" in *Revista de Economia Política*, 55, vol.14, n.3.
- Miceli, S. (1990), *A Desilusão americana*, CNPq/Ed. Sumaré, São Paulo
- Macedo, R. (1981) "A projeção da entidade e de seus institutos e fundações no quadro científico e profissional" in *História da FEA/USP*, op. cit.
- Markoff, J. & Montecinos, V. (1993) "The Ubiquitous rise of economists", *Journal of Public Policy*, vol. 13, part 1, jan- march
- Neuhaus, P. (1977), "Trinta anos de história econômica na RBE, **RBE**, vol. 31, nº 4
- Moura, G. (1991), *Sucessos e Ilusões, relações internacionais do Brasil durante e após a segunda guerra mundial*, Editora da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro
- Pereira, L. C. B. (1992), "Problematizando uma experiência do governo, Contra a corrente no Ministério da Fazenda" in *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 19, ano 7, junho
- Pinho (1981), "O departamento de Ciências Econômicas" in *História da Faculdade de Economia e Administração da USP (1946-1981)*, São Paulo.

- Psalidopoulos, M.(1993) The Internationalization of post-war Economics: the case of Greece. Paper apresentado em History of Economics Society, 20th Annual Meeting, Filadélfia, 26-29 june.
- Ribeiro, R. J. (1995), "Um adeus ... democracia" in *Folha de São Paulo*, 15.10. 1995, pg. 5-3.
- Sardemberg, C.A. (1987), *Aventura e Agonia, Nos Bastidores do Cruzado*, Companhia da Letras, São Paulo
- Simonsen, M. H.(1966), "O ensino de economia em nível de pós-graduação no Brasil", in *Revista Brasileira de Economia*, ano XX, vol. 4, dez.
- Versiani, F. (1986), "O novo currículo mínimo de economia e sua aplicação" in *Conselho Federal de Economia*, set.
- _____(1984), Dudley Seers e os problemas do ensino de economia: uma nota introdutória ao artigo "As limitações do caso especial" in *Literatura Econômica*, vol. 6, nº 4, out.
- Williamson, J. (1994), *The Political Economy of Policy Reform*, Institute for International Economics, Washington.

RELAÇÃO DOS RELATÓRIOS PUBLICADOS PELO NPP:

SÉRIE RELATÓRIOS DE PESQUISA - 1995

Proteção do Consumidor: um Estudo Comparativo Internacional
Gisela Black Taschner

Reconstruindo o Estado: Gestão de Organizações e Serviços em Processo de Mudança
Marta Ferreira Santos Farah

A Economia Política da Corrupção : o Escândalo do Orçamento
Marcos Fernandes Gonçalves da Silva

Parques e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica
José Carlos Barbieri

Regiões Metropolitanas Brasileiras: Índices de Diferenciação
Anita Kon

As Atividades Culturais no Eixo da Avenida Paulista
Heitor Frugoli Junior

O Ensino da Psicologia no Curso de Administração: como Trabalhar em Pequenos Grupos Favorecendo a Relação de Equipes
Ideli Domingues

Cultura da Vizinhança: Identidade Individual e Vida Urbana
Marina Heck

Sistema de Informações para a Gestão Ambiental
José Delazaro Filho

Análise da Contribuição da Revista de Administração (1947-1992) na Evolução do Campo de Conhecimento em Administração Pública
Tânia Margarete Mezzomo Keinert

O Emprego na Teoria Econômica
Domingo Zurrón Ocio

A Ética na Propaganda
Maria Cecília Coutinho de Arruda

Terceirização em Informática
Jaci Correa Leite

Como Decidem os Administradores Financeiros sobre Custo e Estrutura de Capital das Empresas no Brasil
William Eid Júnior

SÉRIE RELATÓRIOS DE PESQUISA - 1996

A Avenida Paulista como Pólo de Expressões Públicas e Coletivas na Cidade de São Paulo
Heitor Frugoli Junior

Identidade e Vinculos numa Oficina de Marcenaria
Ricardo Rocha Brito Bresler

Análise das Propostas dos Cursos de Administração Pública no Brasil em Função da Evolução do Campo de Conhecimento
Tânia Margarete Mezzomo Keinert

O Jovem Administrador
Maria José Tonelli

Fronteiras da Nova Economia Institucional
Marcos Fernandes Gonçalves da Silva

Conversas com Economistas Brasileiros
José Márcio Rego

Uma Investigação Empírica sobre a Moderna Teoria Financeira
William Eid Júnior

Modelos Ortodoxos de Inflação Alta: uma Análise Crítica
Luiz Antônio de Oliveira Lima

Encomendas: Livraria Prefeito Faria Lima

Av. Nove de Julho, 2029 - Térreo

01313-902 São Paulo SP Brasil
